

ACESSO À JUSTIÇA PARA AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DO BAIXO RIO MADEIRA: UMA ANÁLISE DE 2010 A 2018 SOB A LUZ DO CONCEITO DE CIDADANIA

ANO 2019

JOHNNY GUSTAVO CLEMES - Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Mestre em Poder Judiciário pela FGV Rio. MBA em gestão pela GFV Direito Rio. Graduado em Direito pela Universidade São Francisco. Atuou como professor de graduação e pós graduação em diversas instituições no estado de Rondônia (Unir, Faro, Avec, Unesc, Católica de Rondônia e Uniron). Professor da pós graduação EDCM/EMERON. Formador, tutor e conteudista em EaD pela Enfam e Emeron. Orientador com experiência em diversas áreas do Direito, com ênfase em Juizados Especiais, cidadania, métodos adequados de solução de conflitos, gestão do Poder Judiciário e cultura da inovação. Juiz de Direito do Poder Judiciário de Rondônia, titular do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Porto Velho. Juiz Auxiliar da Corregedoria 2022-2023. Vice-Presidente do Fonaje 2021-2022. Membro do Conaje/CNJ.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0289612344954755>

Orientador: Professor Doutor Alfredo Alejandro Gugliano

RESUMO

Por meio dessa produção científica, busca-se investigar se a política pública de acesso à justiça do Poder Judiciário do Estado de Rondônia para as populações ribeirinhas habitantes da região do baixo rio Madeira constitui um mecanismo que prestigia realização da cidadania. A partir do referencial teórico de T. H. Marshall produziu-se pesquisa destinada a analisar se as atividades do Poder Judiciário têm preenchido requisitos que podem ser extraídos dos escritos do referido autor. O trabalho leva em consideração a formação dessas comunidades tradicionais, seus costumes, tradições, cultura, economia e geografia para servir de subsídio na compreensão das necessidades apresentadas por esse grupo populacional, já que, do ponto de vista da cidadania, é preciso compreender uma série de aspectos que vão desde a postura dos indivíduos na busca por direitos ao desenvolvimento das instituições nos locais onde vivem. O trabalho realizado pelo Poder Judiciário e outras instituições é analisado para efeito de refletir-se sobre a correspondência que a atividade judiciária tem provocado nas demais instituições para realização dos direitos de cidadania, sua ordem de desenvolvimento e

fatores que promoveram cada implementação nas políticas públicas dentro do período observado, que vai de 2010 até 2018. Inevitável que os escritos estimulem um questionamento sobre a importância da reflexão sobre o que precisa ser trabalhado pelo Estado na construção de suas políticas públicas para tornar efetivos os direitos de cidadania das populações ribeirinhas do baixo rio Madeira, o que terá reflexos não só em relação a função jurisdicional, mas também a outras instituições como as responsáveis pela educação e a assistência social.

Palavras-chave: Cidadania. Direitos. Ribeirinhos. Rio Madeira. Acesso à justiça. Justiça itinerante. Políticas públicas.

ABSTRACT

Through this scientific production, it is sought to investigate whether the public policy of access to justice of the Judicial Branch of the State of Rondônia for the riverside inhabitants of the region of the lower Madeira River constitutes a mechanism that prestige realization of citizenship. From the theoretical reference of T. H. Marshall was produced research to analyze if the activities of the Judiciary Power have fulfilled requirements that can be extracted from the writings of the mentioned author. The work takes into account the formation of these traditional communities, their customs, traditions, culture, economy and geography to serve as a subsidy in understanding the needs presented by this population group, since, from the point of view of citizenship, it is necessary to understand a series of aspects ranging from the posture of individuals in the search for rights to the development of institutions in the places where they live. The work carried out by the Judiciary and other institutions is analyzed in order to reflect on the correspondence that the judicial activity has caused in the other institutions for the realization of citizenship rights, their order of development and factors that promoted each implementation in the public policies within of the observed period, which runs from 2010 to 2018. Inevitably, the writings stimulate a questioning about the importance of reflection on what needs to be worked out by the State in the construction of its public policies to make effective the rights of citizenship of the riverside populations of the low river Madeira, which will have repercussions not only on the jurisdictional function but also on other institutions such as those responsible for education and social assistance.

Keywords: Citizenship. Rights. River dwellers. Madeira River. Access to justice. Itinerant justice. Public policy.

Texto completo em PDF:

<http://172.19.2.28:8080/pergamumweb/vinculos/000000/00000094.pdf>